SUMÁRIO

NOÇÕES GERAIS

1. Noções gerais do mandado de segurança 23
1.1. Origem do mandado de segurança 23
1.2. Justificativas para sua criação 25
1.3. Evolução constitucional 26
1.4. Evolução infraconstitucional 28
1.5. O modelo constitucional do mandado de segurança 30
1.6. Conceito e natureza jurídica 31
1.7. Juízo de admissibilidade do julgamento de mérito e juízo de mérito 35
1.7.1. Juízo de admissibilidade do julgamento de mérito 35
1.7.2. Juízo de mérito 37
1.8. Obrigatoriedade da concessão da segurança quando presentes os requisitos 37

PROCEDIMENTO

ART. 1.º

1. Modalidades de mandado de segurança: preventivo e repressivo 39
2. Direito líquido e certo 42
3. Direito não amparável por *habeas corpus*, nem *habeas data* 45
4. Ilegalidade ou abusividade 46
4.1. Distinção entre condição da ação e mérito 47
4.2. Conceitos de ilegalidade e abusividade 47
4.3. Ato administrativo e ilegalidade 49
4.4. Poder de polícia e ilegalidade 53
5. Autoridade pública, representantes ou órgãos de partidos políticos, administradores de entidades autárquicas, dirigentes de pessoa

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

jurídica ou pessoas naturais no exercício de atribuição do Poder Público 54
6. Autoridade coatora 56
7. Ato coator 58
8. Impetrante 61
9. Legitimidade ativa de titular de direito comum 62
10. Legitimidade passiva para o mandado de segurança 66

ART. 2.º

1. Autoridades coatoras federais, estaduais, municipais e distritais 66
2. Competência 67
3. Competência da Justiça Federal 68

ART. 3.º

1. Legitimidade ativa do terceiro interessado: substituição processual 71
2. Notificação judicial ou extrajudicial 72
3. Prazo de 30 dias como mera presunção legal de inércia por parte do titular 73
4. Sujeição do terceiro ao inconstitucional prazo de 120 dias 75

ART. 4.º

1. Agilidade na impetração e nas comunicações processuais em casos de urgência 76
2. Necessidade de apresentação, quando cabível, do texto original da petição em cinco dias 77
3. Observância das regras da ICP-Brasil quanto aos atos eletrônicos 79

ART. 5.º

1. Hipóteses de não cabimento do mandado de segurança e sua interpretação conforme a Constituição 79
2. Mandado de segurança e recurso administrativo 80
3. Mandado de segurança contra ato judicial 81
   3.1. Interpretação doutrinária e jurisprudencial sobre a redação revogada 81
   3.2. Interpretação do atual inciso II do art. 5.º conforme a Constituição 83

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.3. Mandado de segurança e sentença transitada em julgado ... 87
4. Veto ao parágrafo único ... 89
5. Ato disciplinar ... 89

ART. 6.º

1. Petição inicial ... 90
2. Exibição de documentos ... 91
3. Aplicação do art. 284 do CPC ... 92
4. Extinção do processo sem resolução do mérito e propositura de outro mandado de segurança ... 93

ART. 7.º

1. Notificação da autoridade coatora e citação da pessoa jurídica de direito público ... 95
2. Tutela de urgência ... 96
3. Limitações à concessão de liminares em mandado de segurança 100
4. Concessão de ofício da liminar ... 104
5. Responsabilidade pela efetivação da tutela de urgência ... 105
6. Cabimento de agravo de instrumento contra a decisão que concede tutela de urgência ... 106
7. Duração temporal da eficácia da medida de urgência ... 108
8. Prioridade no julgamento do mandado de segurança em que tenha sido concedida a medida de urgência ... 109

ART. 8.º

1. Perempção ou caducidade da medida liminar ... 110

ART. 9.º

1. Comunicação da autoridade coatora à pessoa jurídica ... 111

ART. 10.

1. Indeferimento da petição inicial ... 113
2. Aplicação do art. 285-A do CPC ... 115
3. Momento de admissão de litisconsortes ativos supervenientes ... 116

ART. 11.

1. Juntada aos autos das comunicações ... 118

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

ART. 12.

1. Atuação do Ministério Público 118
2. Prazo para a prolação de sentença 119

ART. 13.

1. Comunicação sobre a sentença 120

ART. 14.

1. Apelação 121
2. Legitimidade recursal da autoridade coatora 122
3. Considerações sobre a aplicação dos §§ 2.º e 3.º do art. 475 do CPC à sentença concessiva do mandado de segurança 122
4. Efeitos patrimoniais da sentença proferida no mandado de segurança 124

ART. 15.

1. Noções gerais 126
2. Natureza jurídica 129
3. Suspensão de liminar e sentença no mandado de segurança 132
4. Legitimidade ativa 133
5. Competência 134
6. Procedimento 135
7. Duração da suspensão 139

ART. 16.

1. Instrução do processo nos casos de competência originária dos tribunais 140

ART. 17.

1. Prazo para publicação da decisão e substituição por notas taquigráficas 142

ART. 18.

1. Recursos especial, extraordinário e de revista 142

ART. 19.

1. Coisa julgada no mandado de segurança antes da nova Lei 144
2. Coisa julgada no mandado de segurança após a nova Lei 148

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

ART. 20.

1. Prioridade na tramitação e julgamento 149

ART. 21.

1. Mandado de segurança coletivo 150

ART. 22.

1. Coisa julgada e liminar no mandado de segurança coletivo 153

ART. 23.

1. Inconstitucionalidade do prazo para impetração do mandado de segurança 158
2. Natureza do prazo 160
3. Contagem do prazo 161

ART. 24.

1. Litisconsórcio 162

ART. 25.

1. Embargos infringentes, honorários advocatícios e litigância de má-fé 163

ART. 26.

1. Descumprimento de decisão e crime de desobediência 166
2. Prisão civil por descumprimento de decisão proferida em mandado de segurança 167

ART. 27.

1. Adaptação dos regimentos internos e das leis de organização judiciária 169

ART. 28.

1. Vigência 169

ART. 29.

1. Revogação de dispositivos 170

BIBLIOGRAFIA 171

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br